

## Dívida Pública

Dívida pública é o montante levantado pelo governo, junto ao setor privado ou às agências multilaterais, para financiar as ações governamentais, inclusive pretéritas. Para tanto, assume contratos de empréstimos e financiamentos e emite títulos que variam em maturidade, forma de remuneração, no modo como são vendidos e na forma como seus pagamentos são estruturados.

A mensuração da dívida pública restringe-se ao setor público não financeiro e sua compilação varia de acordo com a metodologia empregada, os entes da Federação abrangidos, a perspectiva bruta ou líquida, a exclusão ou não de algumas empresas, como é o caso da Petrobras e da Eletrobras, na União.

**Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG):** publicado pelo Banco Central do Brasil (BC), abrange União, estados e municípios. Aumentou R\$ 340,3 bilhões no exercício, chegando a R\$ 2.583,9 bilhões, ou 58,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2012.

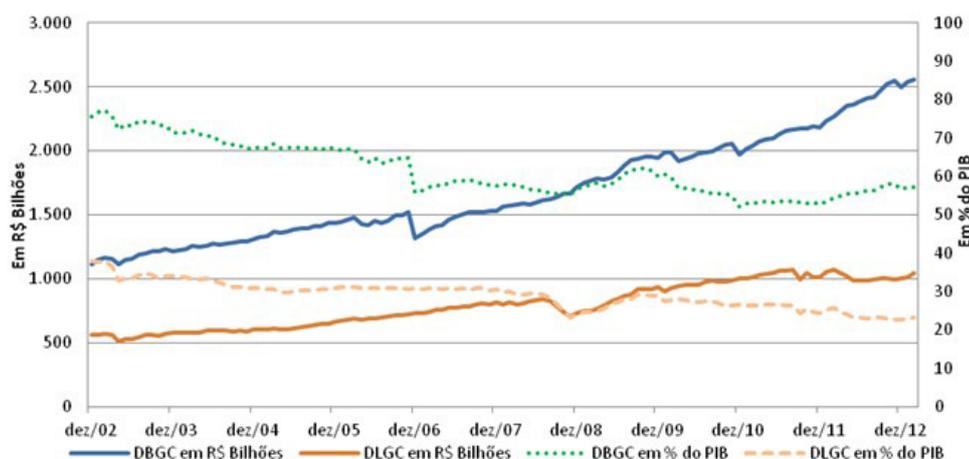
**Dívida Líquida do Setor Público (DLSP):** publicado pelo BC, cresceu R\$ 41,5 bilhões no exercício, atingindo R\$ 1.550,1 bilhões ao final de 2012, ou 35,2% do PIB. Abrange o endividamento líquido do setor público não financeiro e do BC junto ao sistema financeiro (público e privado), setor privado não financeiro e ao resto do mundo. Inclui os governos federal, estaduais e municipais, o Banco Central, a Previdência Social e as empresas estatais, com exclusão da Petrobras e da Eletrobras.

**Dívida Consolidada (DC) da União:** publicado no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo Federal, observados os critérios estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Aumentou R\$ 213,0 bilhões desde 2011, alcançando o montante de R\$ 2.948,4 bilhões em 2012.

**Dívida Consolidada Líquida (DCL) da União:** publicado no Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal. Em virtude do incremento do saldo dos ativos da União no valor de R\$ 202,4 bilhões, a Dívida Consolidada Líquida ampliou-se em R\$ 10,6 bilhões, totalizando R\$ 1.082,7 bilhões ao final de 2012.

**Os indicadores de estoque da dívida pública oficialmente divulgados pelo governo federal são: Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), Dívida Consolidada (DC) da União e Dívida Consolidada Líquida (DCL) da União.**

**Gráfico 1. Dívida Líquida do Governo Central**



**As dívidas bruta e líquida do Governo Central abrangem o Tesouro Nacional, a Previdência Social e o Banco Central do Brasil.**

Fonte: Banco Central do Brasil - Nota para Imprensa - Política Fiscal - Janeiro/2013.

**Enquanto a dívida líquida do setor público diminuiu 1,2% em relação ao PIB, de 2011 para 2012, a dívida bruta subiu 4,54 p.p., atingindo o valor de 2,6 trilhões, correspondente a 58,7% do PIB.**

Embora a participação da DLSP como percentual do PIB tenha diminuído em 1,2 pontos percentuais (p.p.), a DDBG aumentou 4,54 p.p., também como percentual do PIB, de 2011 para 2012. Os juros nominais ampliaram a dívida líquida em R\$ 213,9 bilhões (4,86% do PIB), enquanto os principais fatores de redução foram o superávit primário de R\$ 104,9 bilhões (2,38% do PIB), o ajuste cambial/metodológico de R\$ 56,6 bilhões (ou 1,28% do PIB), outros ajustes da dívida externa, de R\$ 5 bilhões (ou 0,11% do PIB) e o reconhecimento de dívidas (haveres) no valor de R\$ 5,8 bilhões (ou 0,13% do PIB).

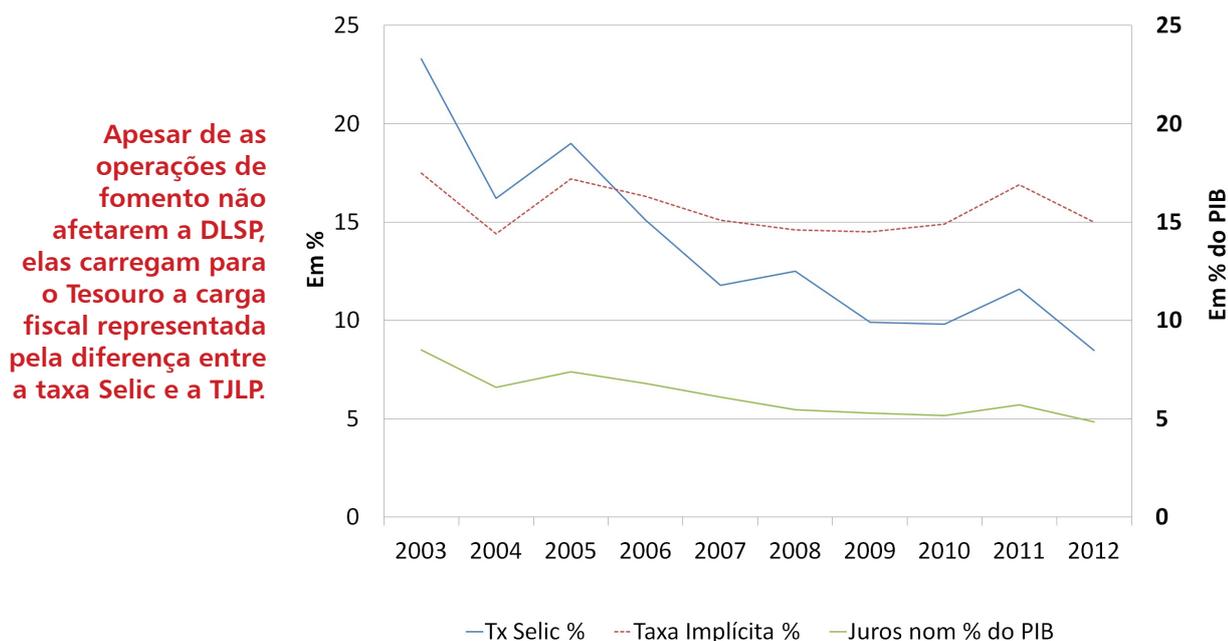
A manutenção de despesas de juros e encargos nominais maiores que os superávits primários resulta em expansão continuada da dívida líquida em valores nominais, ainda que em percentual do PIB haja um pequeno decréscimo. Além disso, a volatilidade cambial também proporciona oscilações abruptas no saldo do endividamento líquido, como pode ser visualizado no gráfico 1, que aponta o comportamento da DLGC no período de 2002 a 2012.

### **Evolução da taxa Selic e da taxa implícita da DLSP**

As operações de fomento realizadas por meio da emissão de títulos pelo Tesouro Nacional, a exemplo daquelas realizadas junto ao BNDES, mantêm a DLSP sob controle na medida em que, em correspondência aos passivos gerados pela emissão dos títulos, são registrados ativos, decorrentes dos valores a receber. No entanto, carrega para o Tesouro a carga fiscal representada pela diferença entre a taxa pela qual a União vende seus títulos (Selic) e a taxa pela qual a União recebe das instituições financeiras oficiais e de programas de fomento (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP).

Dados da Nota de Política Fiscal do Banco Central de março de 2012 e da série histórica mostram que, entre 2003 e 2012, a taxa Selic recuou 14,8 p.p. (de 23,3% para 8,5%), enquanto a taxa implícita da DLSP decresceu apenas 2,5 p.p. (de 17,5% para 15,0%). Dessa forma, o custo fiscal das operações de fomento, representado pelo diferencial de taxas, expande-se continuamente, conforme se visualiza no gráfico seguinte.

**Gráfico 2. Evolução da Taxa Selic, da Taxa Implícita da DLSP e dos Juros Nominais em % do PIB**



Fonte: Banco Central do Brasil - Nota para Imprensa - Política Fiscal - Janeiro/2013; e Séries Temporais.